



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE SAÚDE, PROMOÇÃO SOCIAL, TRABALHO E MULHER

PRESIDENTE: ANDRÉ SANTOS

4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/23

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 03 DE MAIO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (André Santos) – Audiência pública da Comissão Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, de 2023.

Presentes os Vereadores André Santos e Aurélio Nomura.

Na qualidade de Presidente da Comissão Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, declaro abertos os trabalhos da 7ª Audiência Pública do ano de 2023, convocada para hoje, dia 03/05/2023, tendo como pauta o projeto 127/2023, do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º, com o tema: Desafios do Plano Diretor Estratégico para a promoção social da saúde e da mulher.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida pelo canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo.

As inscrições para participação da audiência pública estão abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde 02/05/2023. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Esta audiência pública vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde 03/05/2023. Foi publicada também em jornais de grande circulação, no dia 03/05/2023.

Haverá inscrição para o público presente. Cada orador terá, pelo menos, três minutos para se manifestar.

Foram convidados a participar desta audiência a Secretaria Municipal de Saúde e a de Urbanismo e Licenciamento.

Peço a todos os participantes e membros que desliguem o microfone quando não estiverem fazendo uso da palavra. Ressalto a importância de haver manifestação apenas quando for cedida a palavra.

Por acordo com os integrantes desta Comissão, em relação às audiências públicas, quanto a quem estaria conduzindo a Presidência das audiências, eu passo agora a Presidência

para o nobre Vereador Aurélio Nomura, Vice-Presidente da Comissão.

- Assume a presidência o Sr. Aurélio Nomura.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado a todos.

Quero agradecer a gentileza do nosso Presidente André Santos, que nos cede a Presidência, para que possamos conduzir a 7ª Audiência Pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, de 2023.

Discutiremos o projeto mais importante desta Legislatura, que diz respeito ao PL 127/2023, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do nosso município, extremamente importante, sendo que teremos como tema os desafios do Plano Diretor Estratégico para a promoção social da saúde e da mulher.

Temos visto pelos jornais, creio que a última reportagem que saiu, salvo engano, no G1, na semana passada, crítica muito grande com relação à falta de participação da população sobre esse projeto.

Vemos que o plenário deveria estar cheio. Há muitos problemas com relação à saúde, mas entendemos que o horário é um bastante complicado para a população comparecer. Mas, temos outros positivos, uma vez que esta audiência também está *on-line*, e as pessoas podem discutir pelo do *site* da Câmara. É claro que a presença física é muito difícil, mas existe a condição em que é possível a participação de todos.

Sabemos que esse projeto vai nortear a cidade de São Paulo no planejamento futuro, ou seja, para os próximos 10 anos, razão pela qual nós precisamos cumprir a nossa responsabilidade, levando os anseios da população em todos os setores.

Aqui, especificamente, com relação à saúde, extremamente importante, também com relação à mulher. A gente vê que muitas ações, muitas políticas públicas avançaram bastante, mas nós temos muita coisa ainda a discutir e a reivindicar. E é importante esse fórum de debate para que a gente possa, efetivamente, avançar dentro das demandas de todas as regiões. O que a gente viu aqui, o nosso Presidente André Santos, os nossos Vereadores que compõem a comissão, fazendo um trabalho muito grande, um esforço muito grande, colocando a discussão

aqui na Câmara Municipal como também em outros locais, onde foram realizados.

É importante, é um apelo nosso, que a população possa, efetivamente, participar. Nós temos, inclusive, aos finais de semana, não é, Presidente, algumas discussões, algumas audiências. Se não há a possibilidade de discutir durante esse período que muita gente trabalha, nós temos os finais de semana, e, também, não precisa ir propriamente até o local. É só acessar o site da Câmara, que nós temos uma condição de você participar, discutir e colocar as suas posições para que a gente possa, efetivamente, votar aquele projeto que é o anseio de toda a população. Essa a grande ideia e o desafio que a Câmara Municipal tem com relação a essa revisão do Plano Diretor Estratégico voltado a proteção social, saúde e mulher.

Tem a palavra, Vereador André Santos, nobre Presidente.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Então, é importante esclarecer para todas as pessoas que estão acompanhando tanto essa quanto já acompanhou outras audiências públicas que o intuito é, exatamente, dar essa ampla condição para que as pessoas possam apresentar as suas opiniões, suas contribuições, até porque isso vai impactar diretamente no futuro da vida tanto dessas pessoas, daqueles que moram em suas respectivas regiões, especialmente, das suas próximas gerações. Então, é muito importante aquelas pessoas que acompanham esta transmissão que possam participar das demais. Na próxima semana, teremos outra audiência pública aqui neste mesmo horário, às 11h, para que as pessoas consigam também apresentar.

Dentro desses outros assuntos que estamos tratando dentro do Plano Diretor há a previsão da elaboração de planos setoriais abrangendo os atendimentos especializados em saúde e educação indígena nas áreas da cidade com maior concentração dessa população. A inclusão da previsão de plano de educação ambiental, a ampliação da rede de CRAS e CREAS, Centro de Referência da Assistência Social e também o Centro de Referência Especializada de Assistência Social.

Além desse assunto, muitos outros estão sendo debatidos dentro das nossas audiências públicas, e por isso, não só para a pessoa apresentar as suas demandas, mas também para entender o que está acontecendo dentro da nossa cidade. É fundamental

importância as pessoas participarem, e àqueles que não conseguiram estar presentes naquele horário, ficará gravado nas nossas redes sociais. Só tirar um tempinho para acompanhar o que é fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Presidente.

Bom, feitas essas observações iniciais, nós passamos a palavra à primeira inscrita, Dirce Shinomoto, usuária do HD Penha. Por favor, a senhora tem três minutos.

A SRA. DIRCE SHINOMOTO – Bom dia a todos. Bom dia, Vereadores.

Eu quero falar como usuária do HD Penha. Morei na Penha. O meu esposo tem uma empresa na Penha, e a gente vê a luta dos usuários do SUS naquela região, porque ela não dispõe de nenhum equipamento de saúde que funcione 24 horas. O HD Penha faz vários tipos de atendimentos, de várias especialidades, mas ele tem aquela limitação: por não poder atuar 24 horas, não pode fazer cirurgias mais complexas.

Então, o que eu solicito é que na Penha, o HD Penha seja transformado em Hospital Dia 24 horas para que possa ampliar o leque de cirurgias e a possibilidade de os usuários poderem ser atendidos com mais agilidade.

Outra coisa que a Penha não dispõe é de uma UPA. Então, se alguém passa mal e tem uma urgência, tem que ir ou para o Tatuapé ou Storopoli. Isso leva um tempo. A gente sabe que numa situação de um infarto ou AVC, no AVC sempre falam que tempo é cérebro; no infarto, tempo é músculo. Então, quanto mais tempo leva para ser socorrido, as sequelas serão maiores e o risco é maior.

O que eu gostaria de ter no Plano Diretor é que o Hospital Dia da Penha funcione 24 horas, que tenha UPA I, II e III, principalmente, a UPA III, e, se possível, um hospital, porque a Penha realmente carece desses equipamentos de urgência e emergência, que funcionem 24 horas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado.

Nós, que também acompanhamos uma reunião com o Conselho Gestor da Penha

verificamos a necessidade. Realmente, todos que moram em São Paulo sabem da necessidade que se tem, com relação à locomoção. Você sair da Penha, em uma situação de emergência, até o Tatuapé demora, mais ou menos, uns quarenta minutos. Isso pode ser fatal para aquelas pessoas que têm um problema mais sério com relação a essa questão do coração. É um movimento muito grande, se socorre em Itaquera com o Hospital Storopoli, mas todos são muito distantes. E principalmente na região da zona Leste, naquele espaço, a mobilidade não é a melhor possível. Nós sabemos da dificuldade. Vamos levar essa questão.

Acho que seria interessante se a comissão pudesse abraçar essa reivindicação que entendemos mais adequada e justa, principalmente sabemos que nós temos recursos do BID, que nós votamos na Legislatura passada o equivalente a 300 milhões de dólares. Colocando isso em valor atual, nós temos 1 bilhão e meio. Não chegaram a gastar a metade desse recurso.

Então, tem recurso suficiente. Há necessidade de se fazer a readequação. Eu não sei dessa nova proposta desse Plano de Metas, se foi incluída essa questão dos hospitais, do Hospital Dia da Penha, o Hospital de Emergências de 24 horas, a UPA, mas vamos trabalhar para que a gente possa atender a população da Penha.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Pela ordem.

E esse assunto é muito importante a gente levantar, porque se a pessoa vai, por exemplo, para o Tatuapé, tem lá uma unidade de saúde, e ela mora na Penha e tem que ir para o Tatuapé. Eu estou usando o nome Penha, exemplificando qualquer outro bairro. Aquela unidade de saúde local foi adaptada, preparada para atender a demanda local. Quando começa a ter a saída de pessoas de outros bairros para poder ser atendida naquele lugar, começa a criar uma dificuldade na qualidade do atendimento, porque uma coisa é o profissional da saúde atender dez pessoas, ele pensa o seguinte: “se eu vou ficar seis horas aqui, eu consigo dar um atendimento mais tranquilo para essas dez pessoas.” Agora, de repente, ele se programou para dez e tem cem. Então começa a dificultar um pouco mais a questão da qualidade. Por isso é importante termos a ampliação dessas unidades de saúde na nossa cidade, até para desafogar um pouquinho.

Eu tenho visitado alguns lugares e visto que aquela questão de melhorar a estruturação local também é muito importante. Às vezes tem essas unidades de saúde que foram construídas ou preparadas há muitos anos e hoje elas já estão numa situação de precariedade, porque elas não conseguem mais atender ou comportar a necessidade atual, principalmente depois da pandemia, tivemos uma série de outros problemas surgindo e chegam, vão chegando naquelas unidades. Naturalmente, se não tem a estrutura necessária para atender, a população fica novamente sofrendo, porque a pessoa chega achando que vai ter aquela informação, ou vai receber aquele tipo de atendimento, mas alguém vira e diz: olha, fulano, aqui nós não conseguimos te atender, porque não estávamos preparados para esse tipo de caso.

Então, quero parabenizar a Dirce por trazer esse tema tão importante, que não é só um problema das pessoas lá da Penha, mas de diversos outros lugares. Eu creio que a equipe da Secretaria Municipal de Saúde está atenta a esta audiência pública e certamente já vai se mobilizar para que as coisas também melhorem em relação à Penha e a outros lugares, que as pessoas têm solicitado.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Presidente.

Acho que é até interessante, se fosse possível, a gente requerer à Secretaria de Saúde, ouvindo as coordenadorias regionais, com relação a essa necessidade de demanda que nós temos na cidade de São Paulo. É muito importante que a gente possa fazer esse levantamento. V.Exa. já mencionou um fato extremamente importante, que depois da covid, tem represado, foram quase três anos de represamento, porque muitos não iam sequer ao hospital por medo de contaminação. E além do que as doenças derivadas da covid têm crescido de maneira surpreendente. Tem desde a questão psiquiatra até doenças propriamente ditas.

Por isso é importante que a gente possa se aprofundar. Até estivemos no Tribunal de Contas do Município, fomos recebidos pelo Presidente Tuma, que foi presidente desta Casa, foi companheiro nosso; como o João Antonio, que foi vereador desta Casa e entende muito bem essa questão. Nós apontamos algumas questões. Não sei se nesta semana ou na que vem, teremos uma Mesa Técnica para começarmos a discutir com mais profundidade os atendimentos

da população com relação às OSs e ao sistema propriamente dito.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Pela ordem, apenas para atualizar em relação a essa questão do Tribunal de Contas, sobre essa Mesa Técnica. Nesta semana, eles já enviaram para cá uma solicitação, indicando uma data com horário, só que eu pedi para dar uma observada em relação a isso para ver se melhorava a questão da data, mas já está em andamento de fato essa Mesa Técnica e certamente vai ser muito importante para que a gente entenda um pouco melhor tudo o que vem ocorrendo em relação a nossa saúde e o que já tem sido apresentado de bem-estar para a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Isso é muito bom. Eu acho que V.Exa. fez uma ação extremamente importante nesse contato com o TCM. Ele é um órgão auxiliar da Câmara e nós precisamos estreitar essa relação, principalmente com relação à questão da saúde.

Também fiz um requerimento, estamos até aguardando a tramitação. Acho que seria interessante fazermos uma análise... Já mandei, se não me engano, o ofício, foi protocolado, e a gente pede a criação de uma subcomissão de estudos com relação a essas questões. É importante que a gente possa se debruçar com relação a essa questão e, em consonância ao TCM, que pode nos dar as informações necessárias, coisas que aqui não vamos ter instrumento suficiente para fazer as análises com relação aos estudos que o Tribunal de Contas pode nos oferecer.

Então eu acredito que vai ser um complemento. Haverá a participação de todos os Vereadores, segundo a última reunião que tivemos. Todos têm interesse em trabalhar, de fato, com relação a essa questão e avaliar efetivamente o que está faltando para saúde da cidade de São Paulo e também sobre a questão da melhoria e dos avanços que a gente pode proporcionar à população de São Paulo.

Vamos passar a palavra à segunda inscrita, a Sra. Jheniffer Monteiro, por favor. A senhora tem três minutos.

A SRA. JHENIFFER MONTEIRO – Bom dia a todos.

Eu me chamo Jheniffer, e gostaria de falar como usuária do município na questão da Vila Brasilândia.

Eu gostaria só de incluir uma solicitação pela Vila Brasilândia, que não tem sido muito atendida, sendo um bairro esquecido, periférico, é a implantação de um Centro de Referência de Saúde do Idoso. Na questão do idoso, a Vila Brasilândia tem sido esquecida, infelizmente não temos políticas públicas no que diz respeito a idoso e tratando da Comissão de Saúde, que também debate esse tema, eu gostaria de sugerir, se possível para a Comissão, a implantação de um Centro de Referência à Saúde do Idoso na Vila Brasilândia, zona Norte de São Paulo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – O que a Jheniffer falou é extremamente importante. Nós temos uma população envelhecida. Eu morava na região da Vila Clementino e a minha rua era só de aposentados. É impressionante o número de pessoas idosas que moram nas regiões e a gente tem que discutir outra coisa, aumento de IPTU, pois a pensão e a aposentadoria não acompanham os valores do IPTU. Por isso acho que precisaria ver de outra maneira. Tem aquele projeto que dá um desconto, dá uma isenção, mas se você tem uma casa um pouco melhor e você se aposentou em cima de 20 salários mínimos, se for 10 ou 15 anos, hoje deve estar recebendo seis, sete mil reais, se receber, porque tem uma defasagem muito grande, não acompanha o reajuste normal, como acompanha o IPTU.

Também sobre os planos de saúde. A gente tem visto que nessa questão com relação à covid, houve uma queda muito grande de pessoas saindo do plano. Eu mesmo estou pensando, porque está um absurdo o que nós estamos pagando de seguro saúde. É um absurdo. É claro que usando, graças a Deus, estará acolhido, mas quando se está bem de saúde, no final, começa a apertar muito o calo. Eu tenho um amigo, por exemplo, muito bem sucedido e tal, que se aposentou, mas não acompanha absolutamente nada, e o que aconteceu? Ele teve um infarto e me ligou desesperado dizendo: “Aurélio, me ajude, porque não sei...” E a gente deu uma ajuda para ele. Funcionava ali, no Hospital Santa Catarina, a OS do Einstein, que está funcionando muito bem. E ele teve um atendimento maravilhoso. Foi a sorte.

Mas se você tiver algum problema oncológico, nós temos um problema seríssimo, e precisamos discutir com o SUS, porque ele não oferece recursos. Há necessidade de mexer nessa tabela urgentemente. Eles são responsáveis por 60%, em tese, do custeio da saúde do Brasil, só que não representa a realidade. E principalmente com relação a determinados tipos de especialidades, ele sequer paga 2 ou 3% do custo efetivamente no tratamento da doença. E aí fica ao deus-dará, sendo Governo do Estado, Prefeitura de São Paulo, mas principalmente a população ajudando, contribuindo.

Em São Paulo temos vários hospitais, mas um exemplo claro que eu conheço bastante, é aquele hospital de Barretos, o Hospital de Câncer, famosíssimo, e que graças à população ele é mantido. Porque se dependesse de recursos federais, do estado ou do município, ele estaria fechado. E é isso que ocorre também na nossa cidade em muitos hospitais. Por isso é importante também que com essa questão do Plano Diretor venha uma ação, que é aquele projeto que temos do estudo de trabalharmos a subcomissão, de levamos um manifesto, uma carta de São Paulo pedindo o reajuste da tabela SUS, que é uma vergonha para a população de São Paulo.

O pessoal finge que paga e coloca toda a população, os pacientes que mais necessitam, ao deus-dará. Isso não pode acontecer. Há necessidade de nós olharmos com carinho, porque quando se está doente, meu Deus do céu! É um absurdo bater de porta em porta.

E a ideia exatamente dessa comissão é a gente trabalhar com carinho, nos esforçarmos para que saindo até o fim do ano, no ano que vem ou mais para frente, nós teremos uma condição de dizer: olha, nós ajudamos e trabalhamos com afinco para a melhoria das agendas e do trabalho com relação à saúde na cidade de São Paulo.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Tem a palavra, nobre Vereador.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Falando do caso apresentado pela Jheniffer Monteiro sobre a Brasilândia, seria importante também a gente fazer um levantamento em relação ao

número de idosos daquela região, porque tratando-se de idosos, nós que já estávamos comentando da dificuldade da pessoa...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. ANDRÉ SANTOS – É. A pessoa sair de um bairro para ir para outro. A gente está falando de jovens, de adultos, agora quando a pessoa chega no período de velhice, que é uma realidade, e estamos avançando inclusive em relação a isso, aquelas pessoas que lá atrás criticavam outras que diziam assim: “Ah, para quê direitos, por exemplo, de estacionamento para idoso; uma condição melhor dentro da condução, para ficar mais na frente...” Aquelas pessoas, na época, tinham uma idade em que elas não precisavam, então elas se achavam no direito, por não conhecer a realidade, de criticar, de ir contra. Mas houve gente que lutou para que os idosos tivessem o seu espaço reconhecido. Por isso, hoje, se nós chegarmos a ter uma idade mais avançada e começarmos, no caso, a ter necessidade de utilizar o que a política, por meio dos projetos, de manifestações populares, trouxe como realidade para a Cidade, é fruto de uma luta.

Essa questão de um centro, de um hospital de referência para a saúde do idoso na Brasilândia, é muito importante a gente fazer esse levantamento, até porque o acesso de lá para a região central e para outros pontos da Cidade também é muito difícil. Eu digo em tempo normal; quando chove, então, o que já é difícil piora três, quatro vezes. Nós precisamos dar uma atenção especial aos nossos idosos, porque quem ainda não é idoso está chegando lá, está caminhando para lá e certamente vai precisar. Depois não tem do que reclamar.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Esse é um ponto crucial em que acho que temos de nos debruçar, em que é muito importante focar. Eu não sei se a secretaria tem, Sr. Presidente, mas seria interessante pedirmos dados para a secretaria em relação aos atendimentos de idosos e aí ter um levantamento. Eu não sei se nós temos isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Podemos pedir para as duas. Vamos pedir para a Assistência Social. Acho que a gente tem uma visão mais clara com relação a isso. A partir daí a gente pode traçar um outro...

O SR. ANDRÉ SANTOS – Até porque esta é a Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher. Já vamos deixar também muito claro, que foi a proposta inicial dos nossos trabalhos neste ano, que nós não vamos ficar só agora pedindo referência por parte da Secretaria de Saúde. Nós vamos acionar as outras secretarias para que elas tragam a sua prestação de contas do que está sendo feito na Cidade. Nós vamos chamar, inclusive, nas próximas reuniões. Nós já preparamos para que seja trazido, para que sejam convidados o Secretário de Assistência Social e o Secretário de Direitos Humanos para virem aqui, como a Secretaria de Saúde vem na figura do seu Secretário e da sua equipe técnica, para prestar esclarecimentos do que está sendo feito na Cidade e o que está disponibilizado, direcionado para questão de saúde, para que possamos, com mais consistência, trabalhar mais em favor da nossa população. Nós, à frente desta Comissão, precisamos ter um entendimento mais abrangente das áreas que fazem parte da nossa Comissão, para que tenhamos uma atuação cada vez mais forte.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Que ótimo. Obrigado, Presidente. Está presente aqui o Vereador Goulart, Relator do Plano Diretor Estratégico, que vai reunir todos os dados, as informações com relação a saúde, promoção social, trabalho e mulher. Eu gostaria que V.Exa. falasse um pouco como vai ser a tramitação da inclusão das ações sociais levantadas com a população dentro do projeto final, por favor. Tem a palavra.

O SR. RODRIGO GOULART – Bom dia a todas e todos.

Cumprimento o nosso querido amigo, professor Aurélio Nomura, que tem conduzido brilhantemente os trabalhos desta Comissão junto do Vereador André Santos e dos demais membros.

Um grande avanço na tramitação, na discussão da revisão intermediária do Plano Diretor, além das 25 audiências públicas que teremos pela Comissão de Política Urbana, é a inovação de ter as outras seis comissões temáticas da Câmara capitaneando essas discussões com audiências públicas como esta, para expandir ainda mais a participação popular em todos os temas pertinentes ao assunto. Como o Vereador questionou, são muito importantes essas

audiências.

Estamos realizando, além das audiências na Câmara, também audiências regionais, sempre com a participação virtual, além do sistema híbrido, também pelo *site* da Rede Câmara. Já temos muitas contribuições. Cada uma das comissões temáticas terá o sub-relator; o relator de cada comissão enviará o relatório para mim, na Comissão de Política Urbana, para fazermos a síntese de todas as contribuições e colocar no relatório.

A previsão é apresentarmos o relatório em meados do dia 20 de maio, para procedermos, aí sim, a mais duas audiências públicas antes da primeira votação, e mais duas antes da segunda votação, para não haver nenhum tipo de dúvida na tramitação.

A ideia sobre a qual temos tentado entrar num acordo entre os líderes – já expusemos essa vontade no Colégio de Líderes – é de que não haja nenhum tipo de alteração desses textos na tramitação entre a primeira e a segunda. Por isso nós teremos de definir um texto final em comum acordo entre os vereadores, para que não haja emendas sem audiência pública, todos esses questionamentos que já houve anteriormente.

Com certeza, esse auxílio... Por isso fiz questão de passar nesta audiência pública da Comissão de Saúde, para deixarmos tudo muito claro e transparente, mas tem sido fundamental a participação dos vereadores. Agradeço muito ao Vereador André Santos e ao Vereador Aurélio Nomura por termos já avançado na construção do aprimoramento do texto enviado pelo Executivo - são 74 artigos – para a revisão intermediária. Não tenho dúvida de que teremos um aprimoramento ainda maior com os 55 vereadores, representantes eleitos da população da nossa cidade.

Muito obrigado. Parabenizo mais uma vez o trabalho e a condução da Comissão de Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Obrigado, Vereador Goulart.

O Vereador Goulart levantou uma questão extremamente importante: o que não for debatido nas audiências públicas não pode ser incluído no substitutivo, nas emendas ou sei lá o quê, para votação. O último Plano Diretor, o atual que nós estamos atualizando, revisando, teve

muitos casos que foram incluídos e o Ministério Público entrou com uma Adin e derrubou os artigos que não tinham passado pelas audiências públicas.

Então é muito importante que a população saiba e que apresente suas sugestões nas audiências públicas; depois não adianta mais, não há mais possibilidade de serem incluídas. É extremamente importante a participação nas audiências públicas, não só presencial, mas principalmente virtual. Você pode se inscrever, pode falar; se durante a semana você não tem condição, existem audiências públicas nos finais de semana, à noite.

Portanto, toda a população de São Paulo tem uma condição satisfatória de fazer suas sugestões e suas observações. Muito importante a posição mencionada pelo nosso Relator, como também o trabalho desenvolvido por todas as comissões. Falo também em nome da nossa Comissão, na pessoa do nosso Presidente André Santos.

Tem a palavra, nobre Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – É isso mesmo, é importante a sua colocação.

Só deixo claro que não é um trabalho que está sendo feito pela Base do Governo; diversos vereadores também da Oposição têm participado ativamente do processo. Eu mesmo auxiliei, se não me engano, uma reunião desta Comissão no CEU Parelheiros, conduzida lá pela Vereadora Luana Alves, membro da Comissão. Também tenho conversado com o Vereador Hélio Rodrigues, que, se não me engano, é daqui também. Ele tem a preocupação dos químicos, se não me engano, do Sindicato dos Químicos. Nós temos feito uma abordagem muito ampla de todos os assuntos pertinentes a cada uma dessas comissões, então é muito importante a sua condução.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Pela ordem.

Nesta Comissão nós fizemos uma reunião com os vereadores e entendemos que cada vereador representa, como representante da nossa sociedade, determinados assuntos ou pontos de necessidade diferentes do que um conhece em relação ao outro. Então nós alinhamos que o PT faria a primeira audiência pública; a segunda seria o PSol; a terceira seria feita pelo Vereador Bombeiro Palumbo; agora está aqui o Vereador Aurélio Nomura e, na semana que

vem, o Vereador George Hato. E eu estou presente em todas as comissões, também discutindo com todo mundo em relação a esses assuntos.

É muito importante e queremos parabenizar a condução dos trabalhos por parte da presidência da Comissão de Política Urbana, bem como do seu Relator, o Vereador Rodrigo Goulart, por também permitir as outras comissões. Anteriormente era apenas a Comissão de Política Urbana que realizava essas audiências públicas, e isso foi aberto, permitindo uma maior discussão, um maior diálogo, um maior número de contribuições, permitindo que cada comissão tenha um sub-relator, para fazer o ajuntamento das contribuições e levar aquilo de maneira ajustada.

Então ninguém poderá reclamar que a Câmara Municipal de São Paulo não deu oportunidade, seja a partido de esquerda, de centro ou de direita, de a população que eles representam se manifestasse. Tudo está sendo feito às claras e com certeza vai nos permitir fazer um ajustamento ideal para essa revisão do Plano Diretor.

O SR. PRESIDENTE (Aurélio Nomura) – Muito bem.

Consulto se temos mais alguma inscrição? (Pausa) Não temos, então, ao encerrar, eu gostaria de cumprimentar nosso Vereador Goulart, Relator da revisão do Plano Diretor; cumprimentar nosso Presidente André Santos; cumprimentar todos que compareceram.

E relembrar a todos que, de maneira virtual ou não, participem do Plano Diretor. É muito importante nós participarmos, colocarmos nossas propostas, nossas sugestões, porque só assim nós estaremos efetivamente fazendo um Plano que represente cada um de nós.

Nada mais havendo, gostaria de encerrar a 7ª Audiência Pública da Comissão de Saúde, Promoção Social, Trabalho e Mulher, pertinente ao Projeto 127/2023, do Executivo, que dispõe sobre a revisão intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a presente sessão.